

As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política

*Karina Kuschnir
Leandro Piquet Carneiro*

Cultura política é um conceito multidisciplinar. A expressão foi criada na década de 60 por Almond e Verba a partir da combinação das perspectivas sociológica, antropológica e psicológica no estudo dos fenômenos políticos. O objetivo era incorporar nas análises da política da sociedade de massas contemporânea uma abordagem comportamental, que levasse em conta os aspectos subjetivos das orientações políticas, tanto do ponto de vista das elites quanto do público desta sociedade. No nosso entender, a noção de *cultura política* refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores.¹

Ainda que *A democracia na América* de Tocqueville seja apontado como um trabalho pioneiro nessa área, *The civic culture* de Almond e Verba (1963) é a referência contemporânea obrigatória no debate sobre o conceito de *cultura política*.² O objetivo central desses autores era discutir o papel da *cultura política* no funcionamento dos regimes democráticos. Almond e Verba definiram *cultura política* como a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas

percepções, sentimentos e avaliações da sua população (1963: 13). O conceito, entretanto, é freqüentemente utilizado em estudos de comportamento político sem que seja feita uma exposição mais detalhada dos seus fundamentos teóricos.

A noção de *cultura política* utilizada por Almond e Verba e em vários estudos que os sucederam atribui grande importância ao processo de socialização (que tem lugar em espaços sociais distintos como a família, a escola e o trabalho) na definição do comportamento político. A suposição que permite estabelecer a relação entre o processo de socialização e o comportamento político nos modelos de *cultura política* exige o reconhecimento de que as respostas dos atores a situações sociais objetivas não ocorrem em um estágio único, onde nenhum componente subjetivo intervém. Ao contrário do que propõem os modelos básicos da teoria da escolha racional, hoje dominantes na ciência política, as respostas se dão através de orientações mediadas pela avaliação subjetiva que o ator realiza destas situações sociais (cf. Eckstein, 1988: 790; Wilson, 1992; Schwartzman, 1997: 45-s, e Thompson, Ellis e Wildavsky, 1990, entre outros).

Para a elaboração do conceito de *cultura política*, Almond e Verba inspiraram-se em trabalhos das mais diversas áreas do conhecimento, como a história, a filosofia, a antropologia, a sociologia e a psicologia, que se haviam dedicado ao estudo das dimensões subjetivas da política. Nesse universo, a principal referência é a chamada *Escola de Cultura e Personalidade* que se desenvolveu nos Estados Unidos no pós-guerra dos anos 20 até aproximadamente o final da década de 60. Naquele momento, influenciados pelo contexto histórico e político, diversos antropólogos, como Edward Sapir, Margaret Mead e Ruth Benedict, vinculados a Franz Boas, direcionaram suas pesquisas para a compreensão da cultura, de um modo geral, e das questões relacionadas ao *caráter nacional*.

A noção de *cultura* utilizada por Almond e Verba tem inspiração direta na formulação do conceito por parte desse grupo de antropólogos (cf. por exemplo 1963: 11-13). Uma das referências-chave é *Patterns of culture* de Ruth Benedict (1934). A *cultura* era entendida aqui como uma articulação de padrões de comportamentos apreendidos socialmente através de processos de transmissão de tradições e idéias, sem qualquer determinação biológica (Benedict, 1934: 14-16). Não se tratava apenas de definir o conceito de *cultura*, mas de elaborar um método de estudá-lo nas sociedades contemporâneas, onde se multiplicam os processos de comunicação e complexificação da vida social. Para o pesquisador, tornava-se particularmente difícil isolar objetos de pesquisa sem perder de vista o caráter holístico do conceito de *cultura*, isto é, a integração e a articulação dos diferentes aspectos do conjunto.

Dentro desta perspectiva, a *observação etnográfica* foi apontada como o método, por excelência, capaz de elucidar as motivações, emoções e valores que dão significado aos comportamentos individuais de uma determinada cultura.

Para o estudo da sociedade ocidental, era preciso estar atento à convivência de múltiplos códigos culturais que não estão, necessariamente, circunscritos a regiões geograficamente delimitadas nem a instituições sociais específicas. A compreensão do comportamento individual partia do princípio de que indivíduo e sociedade reforçam-se mutuamente, não constituindo entidades distintas (Benedict, 1934: 251).

Trabalhando principalmente no período entre-guerras, esses antropólogos estavam acima de tudo preocupados em chamar a atenção para o aspecto *relativo* das características culturais. Na perspectiva desses autores, a cultura ocidental não deveria ver a si própria (ou ser vista) como um padrão universalmente válido de aferição das demais formas de organização social. Era preciso, como escreve Benedict, apostar na tolerância entre modos de vida e na coexistência dos distintos, porém igualmente válidos, padrões culturais da humanidade (1934: 278).

Alguns anos mais tarde, já no âmbito da Segunda Guerra Mundial, as concepções e métodos de pesquisa da *Escola de Cultura e Personalidade* passam a ser direcionados para os estudos de *caráter nacional*. É sobretudo esse desdobramento que exerce influência decisiva sobre o trabalho de Almond e Verba e, conseqüentemente, sobre sua definição de *cultura política*. Em comum entre as duas perspectivas está o objetivo de compreender como os indivíduos absorvem a cultura em que vivem. A noção de *caráter nacional* vinha tentar suprir uma lacuna dos estudos de *cultura e personalidade*, que pareciam não dar conta, por trabalharem através de métodos de observação direta, de definir aquilo que haveria de comum na cultura compartilhada por cidadãos de uma sociedade/nação contemporânea (Mead, 1962: 396). A maior ou menor homogeneidade de um *caráter nacional* dependeria do grau de uniformidade e controle dos governos sobre os indivíduos e a sociedade.

Há, nesta abordagem, o pressuposto de que cada membro da sociedade é representativo de um padrão cultural mais amplo, apreendido através de processos de socialização e comunicação. Por isso mesmo, a definição dos padrões culturais que compõem um caráter nacional dependeria menos de pesquisas quantitativas, de grande amplitude, do que de investigações, multidisciplinares e em profundidade, de experiências subjetivas.

Naquele momento de perplexidade, durante e após a Segunda Guerra Mundial, fazia-se mais do que nunca necessário pensar o papel político dos Estados-nação. Principalmente, porque cada vez mais constatava-se que indivíduos e grupos conduziam suas atividades em função dos chamados “valores nacionais”. Para Mead, o valor dos estudos de *caráter nacional* estava justamente na sua busca por compreender “como os comportamentos culturais são representados na estrutura intrapsíquica dos indivíduos de uma cultura” (1962: 405).³



Embora com abordagens e métodos de pesquisa diferentes, a reflexão de Almond e Verba sobre *cultura política* caminha na mesma direção dos estudos de *caráter nacional*. Inspirados por esses trabalhos, os autores importam o conceito de *cultura* da antropologia, no sentido assumidamente simplificado de “orientação psicológica em relação aos fatos sociais” (1963: 15). A *cultura* (tal como definida na noção de *cultura política*) parte desse princípio, considerando a existência de padrões de comportamento relativamente estáveis e consistentes em uma determinada sociedade. A *política*, por sua vez, é concebida como uma esfera autônoma que, por isso mesmo, poderia ser percebida, analisada e avaliada pelos indivíduos desta sociedade.

Cultura política, portanto, remete a uma orientação subjetiva em relação a um determinado sistema político. É preciso ressaltar, porém, que a utilização da noção por parte de seus autores está vinculada a uma preocupação quanto às condições de desenvolvimento dos *sistemas políticos democráticos*. Dessa forma, em sua própria gênese, o conceito de *cultura política* não pode ser dissociado da idéia de um modelo de comportamento político nas democracias participativas. Diferentemente dos antropólogos, cuja noção de cultura traz implícita a idéia de relativização, Almond e Verba entendem que a *cultura política democrática* – ou *cultura cívica*, para usar a terminologia dos autores – é uma conquista da sociedade ocidental. Seu projeto é entender como essa cultura tem sido absorvida (ou não) nas sociedades contemporâneas.⁴

Na formulação original de Almond e Verba, as avaliações subjetivas dos sistemas políticos podem ser divididas segundo três tipos de orientação. A *orientação cognitiva* diz respeito ao conjunto dos conhecimentos e crenças relativas ao funcionamento do sistema político e ao papel dos indivíduos e dos grupos sociais no interior do sistema no qual estão inseridos. A *orientação afetiva* determina os sentimentos que o indivíduo nutre com relação ao sistema político e social. Finalmente, a *orientação avaliativa* – julgamentos e opiniões sobre os objetos políticos – envolve a combinação de informações, sentimentos e conhecimento sobre o funcionamento do sistema político, consubstanciados em valores que orientam as ações individuais (1963: 14).

Em sociedades complexas, cada indivíduo, na medida em que participa de diferentes tipos de instituição (família, classe, associação, partidos políticos, sistema educacional etc.), estaria exposto a distintas formas de socialização que podem ser congruentes ou não entre si. De acordo com o modelo *culturalista*, nos sistemas políticos em que há maior congruência entre os distintos subsistemas de normas, tende-se a constatar maior estabilidade política. A incongruência entre esses subsistemas de normas encontra-se associada a sistemas políticos de

baixa eficiência e legitimidade e, portanto, com grande tendência à instabilidade. Por outro lado, os autores admitem a existência de *sistemas mistos*, onde coexistiriam diversos tipos de *cultura política* em uma mesma sociedade.

Para Almond e Verba, os diferentes tipos de *cultura política* são derivados do cruzamento de duas dimensões básicas. A primeira, como vimos acima, representa os tipos de orientação com relação aos objetos políticos: *cognitivas*, *afetivas* e de *avaliação*. A segunda, o tipo de objeto político ao qual se destinam essas orientações: (i) o sistema político como uma totalidade; (ii) as estruturas de incorporação das demandas individuais e coletivas (*input objects*); (iii) as estruturas executivas e administrativas encarregadas de dar resposta às demandas individuais e coletivas (*output objects*); e (iv) a percepção do sujeito como ator político. A partir dessa classificação, os autores identificam três tipos básicos de *cultura política*: (a) a *cultura política paroquial*; (b) a *cultura política da sujeição*; (c) a *cultura política da participação* (que teria na *cultura cívica* sua realização máxima).

A *cultura política paroquial* seria característica das sociedades simples, sem instituições estritamente políticas, sendo incompleta a diferenciação entre as estruturas religiosas e políticas. Estas sociedades seriam caracterizadas ainda por baixos níveis de participação política e associativa, na medida em que os agentes têm uma visão limitada das estruturas de incorporação e resposta às demandas individuais e coletivas. A *cultura política de sujeição* ocorreria naquelas sociedades onde os indivíduos dirigem suas percepções, sentimentos e avaliações prioritariamente para as estruturas executivas e administrativas encarregadas de dar resposta às demandas individuais e coletivas. Por fim, a *cultura política da participação* caracterizaria os sistemas nos quais as percepções, sentimentos e avaliações sobre o sistema político são equilibradamente distribuídos entre as estruturas de *input* e *output*. Ao criar o modelo de análise a partir do conceito de *cultura política*, o objetivo dos autores era inferir o conteúdo da cultura democrática, não a partir das características de suas instituições nem das condições sociais prevalecentes, mas das *atitudes individuais observadas empiricamente em diferentes sistemas políticos democráticos*. Esta agenda de pesquisa, como veremos, retoma sua força, sobretudo no âmbito da ciência política, a partir do final da década de 80.

O modelo *culturalista* proposto por Almond e Verba, que tinha como objetivo estabelecer as inter-relações entre cultura e estrutura política, assim como suas avaliações da *cultura política* latino-americana, sofreu diversas críticas dentro da própria ciência política.

Nos países que passaram por regimes autoritários, os estudos de *cultura política* voltaram-se para análises da presença e difusão de valores democráticos

na sociedade. No caso específico da transição latino-americana, várias pesquisas tiveram como foco o processo de transição político-institucional e as mudanças (ou não) de atitude frente à democracia. Buscou-se investigar a presença de valores e condutas consoantes com os fundamentos sociais e civis deste sistema, no sentido que a tradição da *cultura cívica* dá a esses valores e condutas: tolerância política, social e civil, crença na eficácia da participação política e adequado reconhecimento dos direitos civis e políticos (cf. Diamond, 1994).

Essa tese desenvolveu-se na ciência política comprimida entre duas tradições acadêmicas de maior peso. A primeira, que poderíamos considerar dominante na ciência política contemporânea, reconhece a autonomia dos arranjos institucionais e constitucionais com relação às características culturais da sociedade.⁵ Segundo este paradigma, uma vez estabelecidas as regras de competição – a moldura constitucional –, é possível não apenas predizer satisfatoriamente os padrões de interação entre agentes racionais, mas também determinar quais os resultados esperados dessas interações. A desconsideração das variáveis culturais é uma marca dessa tradição que enfatiza sobretudo os efeitos macropolíticos de diferentes desenhos constitucionais e institucionais.

A segunda tradição que igualmente renega a importância dos estudos sobre *cultura política* procura enfatizar a importância de fatores sócio-econômicos na definição da *performance* das instituições democráticas e mesmo no estabelecimento da democracia como regime político. A relação entre modernização social e econômica e desenvolvimento político democrático é tema recorrente nos trabalhos de Lipset (1981, 1990), Lipset e Rokkan (1967), Dahl (1971) e Linz (1978). Essa é a matriz conceitual presente na primeira geração de estudos sobre a transição política na América Latina: por exemplo, O'Donnell, Schmitter e Whitehead (1986), O'Donnell (1988), Stepan (1986) e Reis (1988).⁶

A escolha de fatores sócio-econômicos como variável independente nas análises referidas sugere, nesse caso, uma maior proximidade com os estudos de *cultura política*: as duas perspectivas tomam o Estado e suas instituições como variáveis dependentes de seus modelos. Obviamente, a seleção das variáveis independentes será diferente em cada uma das perspectivas. Essa concepção comum sobre o papel das instituições públicas pode ser atribuída ao fato de ambas derivarem de um mesmo paradigma *liberal-pluralista* que tende a ver o Estado como o produto de interações de uma vasta rede de organizações sociais (Almond, 1988: 857).

Os modelos analíticos que procuravam explicar as características funcionais, organizacionais e constitucionais das instituições políticas a partir de variáveis socioculturais constituem, neste sentido, uma tradição minoritária da ciência política. A suposição básica dos estudos sobre a *cultura política* envolve o reconhecimento de que a institucionalização de valores e normas culturais,

observada no nível dos indivíduos, tem grande importância na definição dos *outcomes* do sistema político (cf. Almond e Verba, 1963, 1980; Putnam, 1997; Inglehart, 1988, 1990; Eckstein, 1988; Santos, 1993; Lamounier e Souza, 1991, e Muszynski e Mendes, 1990, entre outros).

Muitas críticas dirigidas ao trabalho de Almond e Verba têm como foco o processo de construção de uma tipologia dos sistemas políticos. Pateman considera que as instituições da democracia liberal e a cultura cívica são fenômenos indiscerníveis (1980: 67-68). Laitin também aponta a tautologia do argumento de Almond em *The civic culture revisited* (1980) quando este autor afirma que “a cultura política explica as atitudes subjetivas dos cidadãos”. Segundo Laitin, este argumento ignora o fato de que estas atitudes constituem-se como os próprios indicadores dos diferentes tipos de *cultura política* (1995: 168).

Ainda na primeira geração dos estudos de cultura política, McClosky destacava a tolerância com outros grupos sociais, políticos e étnicos como uma das variáveis mais importantes na conformação da *cultura política* democrática (cf. McClosky, 1964, e Sullivan, Pierson e Marcus, 1987). Dahl argumenta que tanto a participação política – dimensão privilegiada por Almond e Verba – quanto a tolerância política são características essenciais da *cultura política* democrática (cf. Dahl, 1971: 102; Catterberg, 1990, e Booth e Seligson, 1994).

Outra crítica importante aos estudos de *cultura política* diz respeito à falta de clareza na definição das relações entre *cultura política* e *instituições públicas*. Segundo diversos autores, seria preciso superar as relações deterministas entre essas dimensões, explicitando as possíveis incongruências entre estrutura e cultura (cf. Santos, 1993: 105-106, e Diamond, 1994: 8). No aspecto teórico, o modelo *culturalista* parece ganhar acuidade quando baseado em relações de causalidade recíproca entre a estrutura político-institucional e a *cultura política* (Lamounier e Souza, 1991: 311). Isso implicaria reconhecer que, embora a *cultura política* afete a estrutura e a *performance* governamental, certamente não as determina (Diamond, 1994: 9).

Na dimensão empírica, acumulam-se evidências sobre as incongruências entre essas duas dimensões. Valenzuela argumenta que a tradição agrária fortemente hierárquica e católica da sociedade chilena não pode ser utilizada para explicar a emergência da democracia no século XIX naquele país (1990: 54-55). Booth e Seligson discutem as marcantes diferenças na evolução institucional de países que partilham de uma mesma herança cultural como Nicarágua e Costa Rica (1994: 102-103). Huntington analisa as atitudes do público alemão e japonês frente às novas instituições democráticas do pós-guerra e apresenta dados de outros pesquisadores que indicam que, durante o processo de reconstrução política e econômica desses países, havia forte preferência pelas instituições dos antigos regimes não-democráticos (1994: 258). A partir destes exemplos, vemos

a importância de incorporar-se o conceito de relações não-deterministas entre estrutura política e *cultura política* (cf. Muller e Seligson, 1997).

De uma maneira geral, os estudos sobre cultura política procuram mostrar que a democratização, quando atinge apenas o sistema político-institucional e não se faz acompanhar de mudanças nos processos de socialização, tende a gerar regimes mais instáveis e de baixa legitimidade. Esse cenário, no qual se observam relações de incongruência entre a estrutura institucional e a *cultura política*, tem sido particularmente útil para a análise dos problemas que afetam as democracias contemporâneas da América Latina.⁷

Valores e atitudes frente ao sistema político e social constituem objetos típicos dos estudos sobre *cultura política*: moderação ideológica, tolerância política (mesmo com a oposição violenta), confiança na eficiência das instituições políticas e alta confiança interpessoal são normativamente relacionadas nos estudos empíricos sobre a democracia como atributos típicos da *cultura política democrática* (cf. Inglehart, 1988: 1.211-1.213; Diamond, 1994: 8, e Lima e Cheibub, 1996: 95, entre outros).

Estudos comparativos orientados pelo conceito de *cultura política* constituíram uma tradição minoritária entre as primeiras iniciativas de interpretação do processo de transição para a democracia na América Latina e sul da Europa (Catterberg, 1990; Munck, 1994: 372; Reis e Cheibub, 1995: 35, e Diamond, 1997). A revalorização recente dos estudos de *cultura política* teve, entretanto, considerável impacto na literatura sobre a consolidação democrática nessas regiões, e vários estudos empíricos têm procurado explorar o papel da dimensão cultural-normativa nesse processo (Lamounier e Souza, 1991; Garretón, 1992; Lamounier e Marques, 1992; Lima e Cheibub, 1996; Diamond, 1994; Booth e Seligson, 1994; Lima e Boschi, 1995; Moisés, 1995; Reis e Cheibub, 1995, e Romero, 1997).

Duas questões de pesquisa destacam-se nesses trabalhos: a primeira diz respeito à avaliação da *performance das instituições democráticas* – incluindo aí o próprio desenho institucional, tal como discutem Lamounier e Sousa (1991) – e a segunda envolve a *capacidade de predição* dos modelos de *cultura política*.

O estudo realizado por Putnam (1997) sobre as diferenças no desempenho das instituições públicas locais na Itália é o exemplo mais acabado do primeiro tipo de questão. O autor conclui que o desempenho governamental encontra-se associado à existência de organizações civis “horizontais”, como coros musicais, clubes de futebol, cooperativas e outras instituições similares, onde existe uma “colaboração entre iguais”. Em contraposição, em certas locali-

dades, prevaleceriam vínculos “verticais”, do tipo patronais-clientelísticos, operando através de relações de exploração e dependência (Putnam, 1997).

Em relação à capacidade de predição dos estudos de *cultura política*, Przeworski é um dos autores que negam a sua capacidade de antecipar as condições de emergência e consolidação dos regimes democráticos (Przeworski *et alii*, 1997: 113). Na sua perspectiva, a adesão aos valores da democracia por parte dos indivíduos de uma determinada sociedade não constitui uma variável importante para determinar o seu futuro político.

Neste e em trabalhos anteriores, Przeworski aponta a inutilidade da linguagem dos valores e dos compromissos morais para a teoria da democracia e afirma que “nem os compromissos normativos, nem os ‘contratos sociais’ são necessários para obter-se a aceitação dos resultados democráticos” (1994: 44-45). A resposta dada envolve variáveis sócio-econômicas (riqueza, crescimento com inflação moderada, desigualdade decrescente) e institucionais (o fato de o país ser democrático e parlamentarista).

Na perspectiva dos estudos de *cultura política*, a estabilidade e a consolidação dos regimes democráticos – portanto a sua sobrevivência e reprodução – encontram-se correlacionadas também às atitudes, normas e valores manifestadas pelos atores políticos (elites) e pelo público (Garretón, 1992: 29; Reis e Cheibub, 1995; Lima e Cheibub, 1996: 85; Booth e Seligson, 1994; Diamond, 1994, e Muller e Seligson, 1997).

Não se trata de opor cultura a estrutura sócio-econômica e desenho institucional. Como argumentam Lima e Cheibub, “no limite, a disjuntiva desenho institucional-*cultura política* pode se configurar como irrelevante. Afinal a cultura só tem relevância na prática política quando está inserida em instituições” (1996: 84).

A geração posterior a Almond e Verba que se dedicou aos estudos sobre *cultura política* foi capaz de realizar uma renovação teórica e metodológica importante, e um bom exemplo do desenvolvimento dos estudos de *cultura política* pode ser encontrado no já mencionado trabalho de Putnam (1997) sobre a Itália. O desenvolvimento teórico significou uma mudança de objeto político. Os estudos recentes sobre *cultura política* privilegiam a análise das condições que afetam o desempenho das instituições públicas e a maior ou menor eficiência no atendimento ao interesse público. O estudo de Putnam avalia a *performance* das instituições democráticas segundo um conjunto diversificado de indicadores que não envolvem apenas as atitudes subjetivas, mas também indicadores objetivos da *performance* institucional.

A utilização dessas questões em *surveys* sobre cultura e valores políticos está fortemente associada aos trabalhos de Inglehart (1971, 1977, 1988, 1990, 1997). Em *Culture shift in advanced industrial society*, de 1990, o autor utilizou um

índice composto pelas variáveis *confiança interpessoal*, *bem-estar subjetivo* e *percentual de apoio à mudança revolucionária* para explicar a estabilidade democrática em diversos países. Inglehart conclui que as sociedades caracterizadas por níveis relativamente altos de apoio à mudança revolucionária tendem a apresentar regimes democráticos mais instáveis.

Neste desenvolvimento metodológico, existe uma crescente preocupação em incorporar aos estudos empíricos o conceito de *block-evidence*, tal como definido por Lieberman (1992). O já citado trabalho de Putnam é um bom exemplo desse tipo de análise. Tanto o método quanto os dados utilizados enquadram-se na orientação metodológica proposta por Lieberman. Para este, é preciso usar múltiplos conjuntos de dados para se chegar aos vários fatores que afetam a *performance* do sistema democrático.

Freqüentemente, a utilização de estatísticas realizadas a partir de uma única fonte de informações leva a dificuldades de interpretação das evidências encontradas e, portanto, à incapacidade de resolver os problemas teóricos envolvidos (Lieberman, 1992: 12).

Outros exemplos podem ser encontrados na literatura, como os de Nisbett e Cohen (1996) que, no seu estudo sobre cultura da violência, referem-se à necessidade de utilizar uma *panoply of methods* (combinação de estudos históricos, etnográficos e *surveys*) em análises sobre cultura. Com o mesmo intuito, Laitin (1995) utiliza o conceito de *triangulation of methodological approaches* (agregado de teoria, análise estatística e análise histórica) para descrever trabalhos como o de Putnam (1997).

Essa tendência está presente também na literatura brasileira sobre *cultura política*.⁸ Para Santos, por exemplo, a *cultura cívica* brasileira seria caracterizada por considerável rejeição às instituições do Estado, sobretudo àquelas cujo objetivo é a preservação da ordem (polícia) e a mediação de conflitos (Judiciário) (1993: 108). As evidências empíricas para essa tese são encontradas em dados tão diversos como as taxas de recurso à polícia, *surveys* sobre participação política e associativa, indicadores de urbanização e de desempenho econômico, entre outros.

Da mesma forma, Lamounier e Souza combinam pesquisas de opinião pública e *surveys* com as elites políticas para analisar as mudanças de curto prazo nas atitudes frente ao sistema político ocorridas durante o processo de elaboração da nova Constituição brasileira (1991: 324). Em outra vertente da literatura sobre cultura política no Brasil, podemos localizar os estudos de história política de José Murilo de Carvalho. Em sua extensa obra, o autor discute como diversos aspectos da cultura política brasileira, e das elites em particular, tiveram impacto significativo na formação das instituições políticas (cf., por exemplo, Carvalho, 1987 e 1990).

É interessante observar que os estudos de *cultura política* acabaram restringindo-se ao campo da ciência política, praticamente deixando de lado o debate com a tradição antropológica que, como vimos, teve um papel fundamental para a conformação do seu conceito-chave. A discussão em torno da rentabilidade da noção de *cultura política* permite retomar esse diálogo.

Já nas décadas de 30 e 40, os antropólogos começavam a questionar de modo veemente as visões etnocêntricas presentes nos estudos relacionados às práticas políticas das chamadas sociedades primitivas. Paralelamente ao esforço de compreensão do *outro* empreendido pelos estudos de *cultura e personalidade*, que se voltava progressivamente para a análise das sociedades contemporâneas, diversos trabalhos estavam sendo produzidos pela antropologia a respeito dos modos de organização social das sociedades africanas. Esses trabalhos acabaram configurando-se como um conjunto convencionalmente denominado *antropologia política*, apesar da grande variedade e heterogeneidade presentes (Easton, 1959).

Para Radcliffe-Brown, um dos principais representantes desse segmento, o estudo do sistema político de uma sociedade constituía-se em um dos meios privilegiados para se compreender a natureza de suas instituições sociais.⁹ A problemática mais ampla da chamada antropologia africanista era a da necessidade de se encontrar instrumentos teóricos capazes de lidar com o sistema de organização e controle da força nas sociedades tribais africanas, que não tinham a presença de um Estado centralizado nos moldes europeus. Os antropólogos recusavam-se a classificar as sociedades primitivas pela negatividade, preferindo buscar em outras dimensões da vida social os meios de conformação da sua organização política.

Ao dissociar o entendimento da política da presença de instituições baseadas nos modelos da sociedade ocidental, a antropologia reafirmava a importância da pesquisa etnográfica para um entendimento mais profundo da vida social. A monografia de Evans-Pritchard sobre o sistema político Nuer, publicada em 1940, é um dos marcos dessa perspectiva de análise (Evans-Pritchard, 1978). O autor desloca a discussão sobre a ausência de um Estado centralizado, mostrando que o sistema de parentesco era a chave da organização política daquela sociedade. Sua definição não se dava em uma instituição central, e sim pela existência de um “relacionamento estrutural” de antagonismos persistentes e equilibrados, expressos em guerras com povos vizinhos, mas próximos culturalmente. O entendimento da estrutura política Nuer dependia da compreensão do princípio segmentário de organização dos diversos grupos e do permanente conflito entre valores rivais dentro de um mesmo território.

Em *Political systems of Highland Burma*, de 1954, Leach (1996) critica duramente a noção de sociedades em “equilíbrio contínuo” que está subjacente à maior parte dos trabalhos da coletânea organizada por Fortes e Evans-Pritchard (1961). Para Leach, que havia acabado de publicar sua monografia sobre os *kachin*, era necessário mostrar que a estrutura social está em permanente mutação, parecendo estável e coerente apenas no relato etnográfico. A antropologia precisaria rever essa concepção de sociedade se quisesse dar conta dos processos de transformação e mudança. Em contraposição aos africanistas, Leach defendia a tese de que certas sociedades, pautadas pela convivência de culturas e visões de mundo heterogêneas, são estruturalmente instáveis. A partir dessa perspectiva, o autor procurava dar conta das dimensões aparentemente incoerentes da vida social, buscando compreender seus mecanismos de integração e conflito. Essa seria também, em linhas gerais, a abordagem de diversos outros autores que contribuíram decisivamente para o campo da antropologia política, como Gluckman, Turner, Swartz, Epstein, Friedrich, Middleton e Tuden, entre outros (cf. Swartz, Turner e Tuden, 1976 [1966], e Swartz, 1968).

A valorização do trabalho de campo como método para se compreender a cultura e a diversidade das experiências políticas permeia toda a produção da antropologia, de um modo geral, mas também da antropologia política. Turner (1974) foi um dos autores que, para fugir às análises estáticas da vida social, realizou pesquisas de campo levando em conta a dimensão da subjetividade dos atores sociais. A observação daquilo que ele definiu como um “drama social” envolvia trabalhar com diversos campos de ação, onde se passam disputas individuais e coletivas em permanente oscilação entre ordem, mudança, equilíbrio e desequilíbrio (Turner, 1968: 150).

Trabalhando na mesma época, e em alguns empreendimentos comuns, Swartz (1968) procura ampliar o universo de investigação do pesquisador para além da ação dos atores, englobando seu repertório de valores e significados, assim como seus relacionamentos internos e externos. Isso se daria em níveis distintos porém encompassadores, como as camadas de um movimento circular. A identificação do caráter político dessas esferas seria dada pela existência de eventos ligados diretamente à implementação de objetivos comuns (*public goals*), assim como à distribuição e uso do poder dentro do grupo (ou grupos) relacionados a esses objetivos.

É importante destacar que uma das preocupações centrais desses antropólogos era ampliar o conceito de atividade política para além das fronteiras das esferas de atuação do Estado. No caso das sociedades africanas, particularmente, tratava-se de discutir o papel do Estado colonial e as repercussões desse modo de dominação na cultura e na organização social dos grupos locais. As relações de parentesco, étnicas e religiosas são repensadas, revelando-se que estas

constituem dimensões fundamentais – por vezes, exclusivas – de atualização da vida política. Valoriza-se também o papel de indivíduos singulares que, dentro de contextos complexos, atuam como mediadores entre múltiplos níveis culturais.¹⁰ A partir dos anos 50 e 60, as análises se historicizam, chamando a atenção para os processos de transformação das estruturas sociais.

Cabe ressaltar também a importância da obra de Pierre Clastres (1982 [1980] e 1988 [1974]) para a constituição de uma antropologia política. Talvez mais do que qualquer outro, Clastres foi o autor que propôs uma relativização radical da noção de política. Na sua visão, o poder político é universal, inerente ao social e, diferentemente do que ocorre nas sociedades com Estado, pode ser exercido de forma não-coercitiva. Nas sociedades primitivas, principalmente nas do cenário americano (privilegiadas em seus estudos etnográficos), a finalidade do poder não é impor a vontade do chefe sobre o grupo, mas sim expressar o “discurso da sociedade sobre ela mesma”, de modo a preservar seu caráter solidário e indiviso (1982: 108-109).

Clastres redefine a noção de poder, discutindo a concepção ocidental acerca da relação sociedade e Estado. A análise do poder primitivo também serve de pretexto para que o autor faça uma crítica àqueles que apontam a primazia da esfera econômica na determinação da vida social. Para Clastres, são as relações de poder e, portanto, a esfera da política, que estruturam as relações sociais. Esta visão tem um caráter singular dentro da antropologia política porque, como dissemos anteriormente, Clastres recusava as definições de poder coercitivo das sociedades “civilizadas”. Por isso mesmo, suas pesquisas não encontraram apenas outras formas e princípios de expressão das relações de poder (como fizeram muitos africanistas, segundo se criticou mais tarde), mas sim um poder fundamentado em princípios radicalmente diferentes – um poder que se exercia em nome do grupo com a finalidade de perpetuar o caráter igualitário das relações sociais.

Embora tenha valorizado o diálogo, Clastres manteve uma independência intelectual que torna suas obras difíceis de classificar segundo correntes de pensamento mais difundidas. Seja como for, seu trabalho traz uma importante contribuição para os estudos antropológicos da política, na medida em que problematiza a naturalização do conceito de poder das sociedades ocidentais, buscando compreender a política segundo os contextos culturais em que é vivenciada e atualizada.¹¹

A idéia de que as relações de poder são intrínsecas às relações sociais, de um modo geral, é um dos temas fundamentais da antropologia que tem-se dedicado às análises sobre a política. Em recente balanço sobre essa vertente da disciplina, McGlynn e Tuden (1991) defendem esse ponto de vista. O poder (ou a política) estaria presente em todas as relações sociais onde existe algum tipo de

assimetria. Caberia ao antropólogo estudá-lo dentro de um contexto sociocultural, identificando suas dimensões materiais, psicológicas e sociais, sem deixar de lado os processos de mudança dessas configurações.

Nesta década de 90, os antropólogos brasileiros parecem ter renovado seu interesse pela política. Diversos trabalhos importantes foram produzidos no período, tendo como foco principal análises etnográficas a respeito das práticas políticas, seja em pequenas localidades rurais, seja nas grandes metrópoles e centros urbanos.¹² Esta agenda de pesquisa propõe uma antropologia *da* política, privilegiando a abordagem etnográfica, com ênfase em análises comparativas, buscando elaborar “visões sociologicamente positivas do lugar da política na sociedade e cultura brasileiras” (Palmeira, 1998: 11).¹³

A partir de pesquisas etnográficas, Palmeira (1991) sugere que, para refletir sobre as práticas políticas na sociedade brasileira, especialmente aquelas identificadas como “tradicionais” e “clientelistas”, deve-se chamar a atenção não tanto para a dimensão individual, racional, do voto, mas para seu valor como um ato de *adesão* às facções sociais evidentes na disputa eleitoral. A *adesão* seria um processo de comprometimento mais amplo, envolvendo não apenas o indivíduo, mas quase sempre também sua família, suas redes de relações e outras unidades sociais significativas, sem que se exclua a possibilidade de os conflitos interferirem decisivamente nesse contexto (p. 120-121). Para o autor, a compreensão do comportamento eleitoral dependeria da adoção de uma perspectiva mais “sociológica”, em que as ações dos eleitores fossem percebidas segundo as estruturas “sociais e simbólicas” que as circunscrevem, atravessando “diferentes unidades sociais, individuais ou não, inculcando-lhes significado” (Palmeira, 1992: 30).

Em análises centradas nos momentos eleitorais em pequenas cidades no interior do Brasil, Palmeira e Heredia (1993, 1995) e Palmeira (1997) têm desenvolvido o conceito de *tempo da política* para designar os períodos em que a população percebe a política e os políticos como parte da sua vida social. Nessas sociedades, que teriam como valor a união e a estabilidade (representadas muitas vezes sob a forma do modelo familiar), a política é vivida como um fenômeno sazonal por estar identificada como a divisão e o conflito. Dessa forma, os autores chamam a atenção para a política tal como ela é experimentada dentro de um universo cultural e histórico específico. Os eleitores deixam de ser “seres abstratos”, tão caros aos teóricos da democracia.¹⁴ A investigação antropológica da política deve concentrar-se não no isolamento de temas e fenômenos mas justamente no seu entrelaçamento, e na “multiplicidade de questões envolvidas”, como chamam atenção Goldman e Sant’Anna (1996). Poderíamos escapar de julgamentos etnocêntricos sobre votar certo ou errado, se uma campanha é correta ou ruim, percebendo, em vez disso, que existem “diferentes modos de se

pensar e viver o político”, cabendo ao pesquisador encará-los como concepções que nos ajudam a entender “a prática e as demais representações” dos agentes em jogo (Goldman e Sant’Anna, 1996).

As análises de Bezerra (1995 e 1999) e de Teixeira (1998), por exemplo, colocam em prática essas premissas investigando a política fora do período eleitoral. Ambos ajudam a compreender a interface entre a lógica desse universo e processos e mecanismos sociais mais amplos da sociedade brasileira. Através de estudos do meio político, os autores mostram a vitalidade de valores e representações dessa sociedade, como a noção de honra (Teixeira, 1998), e das relações de caráter pessoal (Bezerra, 1995). Os conceitos são desenvolvidos em sua positividade, isto é, através de seu significado para os atores sociais e não em comparação a modelos teóricos que fundamentam o sistema político. Diferentemente das análises que costumam classificar as práticas políticas clientelísticas e personalistas como deturpações de um modelo, Bezerra, nos dois trabalhos já citados, mostra que as trocas fundadas a partir das relações pessoais (que, por vezes, se transformam em corrupção) constituem e regulam, em diferentes combinações, o funcionamento das instituições políticas.

Em diversos trabalhos, Kuschnir vem desenvolvendo reflexões tendo como foco indivíduos cuja atividade está centrada na esfera política (cf. Kuschnir, 1993, 1998 e 1999, e Velho e Kuschnir, 1996). O exame de trajetórias individuais, associado ao mapeamento das redes sociais que os rodeiam e sustentam, tem permitido discutir a multiplicidade de percepções e valores associados à prática política. As pesquisas etnográficas realizadas têm como *locus* privilegiado a cidade do Rio de Janeiro que, por seu caráter metropolitano, está marcada pela heterogeneidade, fragmentação e diversidade das experiências sociais. Dentro dessa convivência de diferentes mapas e códigos de significação da realidade, os parlamentares atuam como *mediadores* fundamentais entre níveis de cultura, servindo como tradutores entre os valores, projetos e dramas da população, de um modo geral, e as esferas constituídas do poder público. Assim, a análise de trajetórias de parlamentares específicos, em suas dimensões subjetivas e objetivas, contribuiria para entender as motivações e disposições de atores sociais cuja atividade está diretamente vinculada ao exercício e controle da autoridade e do poder em nossa sociedade (Velho e Kuschnir, 1996).

Hoje, a maior parte dos antropólogos brasileiros tem evitado o uso do conceito de *cultura política*. Em alguns casos, usa-se o termo frouxamente, sem remeter à sua origem e conceituações fundamentais formuladas por Almond e Verba (cf., por exemplo, Kuschnir, 1996). Nestes casos, privilegia-se a força do

conceito antropológico, que entende *cultura* como rede de significados que dá sentido à percepção da realidade.¹⁵ Aqui, a *política* compõe o conceito apenas reforçando o fato de que se trata de etnografias acerca de valores e práticas atualizados na esfera das atividades políticas, no sentido institucional do termo (eleições, representação parlamentar, organização partidária, funcionamento legislativo etc.).¹⁶ O apelo fortemente normativo e etnocêntrico presente nos trabalhos fundadores dos estudos de *cultura política*, principalmente em Almond e Verba (1963), acabou por afastar os antropólogos deste debate.

Por motivos diferentes, boa parte da ciência política também rejeitou as análises *culturalistas* (como também são chamados os estudos de *cultura política*) por acreditar na inferioridade de seus métodos, privilegiando as teorias de *escolha racional*.¹⁷ Os fatores que explicam o pouco desenvolvimento acadêmico dos estudos de *cultura política* nesta área devem ser buscados em seus postulados teóricos. Como destacam Przeworski e Teune, os critérios usuais da ciência política para avaliar a eficácia de teorias concorrentes que explicam uma mesma classe de eventos são: acuidade, capacidade de generalização, parcimônia e causalidade (1970: 70; cf. também King, Kehone, e Verba, 1994). Não parece difícil reconhecer que, comparados aos paradigmas institucionalistas e sócio-econômicos, os estudos de *cultura política* não seguem os critérios apontados por esses autores. Além de menos parcimoniosos, apóiam-se em relações de causalidade mais indiretas, que vão da conduta individual ao funcionamento das instituições públicas. Seu objetivo tende a ser mais a busca de uma maior acuidade sobre sistemas sociais específicos do que de hipóteses generalizáveis.

Em relação ao funcionamento dos regimes democráticos, os estudos de *cultura política* já mostraram que são capazes de responder a questões negligenciadas por outras abordagens. Alguns desses problemas do seu repertório básico foram formulados com muita clareza por Putnam (1997): “Se reformamos as instituições, seguirão as práticas políticas o mesmo caminho?”; “De que forma o meio ambiente social, econômico e cultural influencia a *performance* das instituições democráticas?”; “Ou ainda, será que a qualidade da democracia depende da qualidade de seus cidadãos?” Estas questões de pesquisa representam uma aposta teórica na maior acuidade dos modelos de *cultura política*, indicando seu rendimento para o estudo do funcionamento das instituições políticas.

Como assinalamos anteriormente, os estudos de *cultura política* que pretendam avançar em relação aos pressupostos metodológicos propostos por Almond e Verba devem considerar como objeto de análise fatores, dados e fontes diferenciadas. Acreditamos que, para o maior aproveitamento dos estudos de *cultura política*, é preciso considerar tanto indicadores de avaliação do desempenho governamental quanto a relação entre tipos de regime e *metas sociais* atribuídas. Desta forma, tem-se a possibilidade não apenas de analisar a *cultura*

política no nível de condutas, normas e valores manifestados pelos indivíduos, mas também de considerar a relação destes com o contexto institucional e histórico em que são formados. Ou seja, é preciso entender as relações fundamentais entre estrutura institucional e *cultura política* ou, dito de outra forma, avaliar os determinantes do apoio do público à forma de organização política e social nas sociedades estudadas.¹⁸

O pressuposto *culturalista* estabelece que as normas e valores têm importância decisiva para o funcionamento das instituições políticas. Neste sentido, a relação de causalidade – teoricamente estabelecida – entre as atitudes frente ao sistema político e social e o próprio funcionamento de instituições leva-nos a esperar que níveis mais altos de adesão *afetiva* aumentem as chances de sobrevivência de um determinado sistema político e social.¹⁹

A opção pelo conceito de *cultura política* e pelos princípios básicos que o fundamentam é justificável, ainda que contrarie certos critérios quase naturalizados de eficácia teórica. Tradicionalmente, dividem-se em campos distintos as análises de micro e macropolítica, estando as primeiras focalizadas nas manifestações de indivíduos em suas diferentes inserções sociais e as segundas enfatizando a estrutura e funcionamento dos sistemas políticos, instituições, agendas e políticas públicas. Como Almond e Verba deixaram claro, as análises de *cultura política* são um campo privilegiado para determinar as conexões entre as dimensões micro e macro da política, pois têm como meta justamente compreender os valores que orientam as motivações e atitudes dos indivíduos frente à política institucional (1963: 31-32).

Por privilegiar análises quantitativas e operar com uma certa naturalização dos regimes democráticos, os estudos de *cultura política* permanecem, naturalmente, limitados ao âmbito da ciência política. No entanto, não parece haver motivos para que o debate acerca de seus resultados permaneça restrito a esta disciplina. Como vimos, na abordagem culturalista e na proposta de uma antropologia da política existem alguns princípios e questões comuns. Ambas rejeitam as explicações derivadas das teorias da escolha racional para os fenômenos políticos, privilegiando a esfera dos valores e da percepção e avaliação subjetiva dos indivíduos a respeito desses fenômenos.

Os estudos de *cultura política* enfatizam a inserção dos indivíduos em unidades sociais mais amplas, pressupondo uma maior possibilidade de generalização do que nos estudos de orientação tipicamente antropológica. Nestes, pela própria opção do método etnográfico, prevalecem análises que procuram enfatizar a heterogeneidade e a diferenciação das inserções e papéis sociais.²⁰ É possível reconhecer ainda que existe na antropologia uma preocupação permanente em não isolar a política das demais dimensões da vida em sociedade, sendo que a própria noção de poder não está relacionada apenas às instituições explicitamente

políticas.²¹ Por isso mesmo, é claro que pesquisas baseadas no conceito de *cultura política*, entendido tal como definiram Almond e Verba e autores posteriores, são típicos da tradição disciplinar da ciência política. Neste artigo, porém, procuramos mostrar que estudos antropológicos e políticos partilham muitas vezes seus objetos, o que certamente pode possibilitar um diálogo profícuo entre estas tradições de pesquisa social.²²

É preciso valorizar o rendimento de análises que pressupõem maior complexidade da vida social, não deixando de lado a dimensão da subjetividade, tanto na antropologia quanto na ciência política. Um esforço no sentido de compreender como a sociedade interpreta, elabora e vivencia as suas instituições políticas só pode trazer benefícios para ambas as disciplinas.

Notas

1. As principais referências para a definição do conceito de cultura política estão em Almond e Verba (1963 e 1980) e Pye e Verba (1965). Recentemente, foram feitas no Brasil duas revisões bibliográficas sobre o tema por Krischke (1997) e Rennó (1998).

2. Embora reconheçam o pioneirismo de Almond e Verba, alguns autores, como Soares, D'Araujo e Castro (1995: 19-22), remontam a origem dos estudos de *cultura política* a Sólon, passando por Montesquieu, Rousseau e Tocqueville.

3. Uma excelente discussão acerca dos estudos de *caráter nacional* pode ser encontrada em Neiburg e Goldman (1999).

4. O etnocentrismo de Almond e Verba não passou despercebido por seus críticos, como veremos adiante.

5. Institucionalismo ou neoinstitucionalismo são muitas vezes expressões utilizadas para representar esta tradição.

6. Para uma discussão sobre os problemas destas abordagens, ver Przeworski (1986).

7. Ver, a respeito, a análise de Booth e Seligson no volume editado por Diamond (1994) sobre a cultura política no México, Costa Rica e Nicarágua.

8. Os estudos de *cultura política* recentes realizados no Brasil dão grande importância à institucionalização dos valores democráticos entre a elite e procuram diferenciar elite e massa quanto às conseqüências políticas de suas condutas e valores. Ver Lamounier e Souza (1991), Lima e Cheibub (1994), Lima e Boschi (1995) e Reis e Cheibub (1995).

9. Em prefácio ao clássico *African political systems*, de 1940 (Fortes e Evans-Pritchard, 1961).

10. Mais tarde, desenvolveram-se importantes trabalhos sobre mediação e política. Destacam-se, entre outros, Foster (1977), Landé (1977), Wolf (1969), que desenvolveram reflexões acerca de um amplo e heterogêneo conjunto de relações pessoais – favores, compromissos, lealdades clientela etc.

11. A tentativa de definir aquilo que seria universal na política também foi o objetivo do antropólogo F. G. Bailey

(1970), mas suas proposições diferem das de Clastres. Para Bailey, que vem constituindo uma vasta obra sobre diversas dimensões e acepções da política na vida social, existiriam, a despeito de diferenças culturais e contextuais, certas regras universais relativas aos comportamentos políticos.

12. Boa parte da produção antropológica nesta área está associada ao Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), fundado por pesquisadores de diversos estados e universidades brasileiras. Uma síntese do projeto do NuAP está em Palmeira (1998). Ver também Barreira, I. (1998), Barreira, C. (1998), Bezerra (1998 e 1999), Teixeira (1998), Chaves (1998), Coradini (1999), Comerford (1998), Scotto (1998), além do trabalho dos autores presentes nas coletâneas organizadas por Palmeira e Goldman (1996), Barreira e Palmeira (1998). Fora do âmbito do NuAP também têm sido produzidas diversas pesquisas importantes, como as de Lanna (1995) e Viegas (1997), entre outras.

13. A distinção entre as agendas da antropologia política, ciência política e antropologia da política está discutida em Peirano (1998a). Para um levantamento da produção antropológica no Brasil, ver Peirano (1998b).

14. A expressão é de Offerlé (1993) e está citada em Goldman e Sant'Anna (1996).

15. Uma discussão acerca do conceito antropológico de cultura pode ser encontrada em Velho e Castro (1980).

16. Sobre os pressupostos de uma *antropologia da política*, ver Peirano (1998a).

17. Para um levantamento mais completo do debate entre cientistas políticos *culturalistas* e *racionalistas*, ver Rennó (1998).

18. Para uma aplicação desta proposta, ver Piquet-Carneiro (1998).

19. Análises que apontam que a variável dependente é basicamente composta por alguma medida de apoio dos indivíduos ao sistema político e social podem ser encontradas em Inglehart (1988, 1990, 1997), Carterberg (1990), Muller e Seligson (1997), Booth e Seligson (1994), Moisés (1995) Muszynski e Mendes (1990).

20. Sobre o rendimento das análises etnográficas, ver Peirano (1995).

21. A esse respeito, ver as interessantes considerações de McGlynn e Tuden (1991) e Peirano (1998a).

22. Ver Leach (1967), acerca do debate entre os rendimentos da pesquisa quantitativa e do trabalho de campo.

Referências bibliográficas

ALMOND, G. 1988. "The return to the State", *American Political Science Review*, n. 82, p. 853-874.

— e VERBA, S. 1963. *The civic culture*. Princeton, Princeton University Press.

— 1980. *The civic culture revisited*. Boston, Little & Brown.

BAILEY, F. G. 1970. *Stratagems and spoils: a social anthropology of politics*. Oxford, Basil Blackwell (Pavilion Series).

BARREIRA, César. 1998. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NuAP (Coleção Antropologia da Política).

- BARREIRA, Irllys. 1998. *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NuAP (Coleção Antropologia da Política).
- e PALMEIRA, Moacir (orgs.). 1998. *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo, AnnaBlume.
- BENEDICT, Ruth. 1934. *Patterns of culture*. Cambridge University Press.
- BEZERRA, Marcos Otávio. 1995. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- . 1998. "Políticos 'locais' e acesso à 'grande política': recursos federais e 'compromissos políticos'", *Cadernos do NuAP*, n. 2. Rio de Janeiro, NAU, p. 7-15.
- . 1999. *Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NuAP (Coleção Antropologia da Política).
- BOOTH, J. e SELIGSON, M. A. 1994. "Paths to democracy and the political culture of Costa Rica, Mexico and Nicaragua", in DIAMOND, L. (ed.). *Political culture and democracy in developing countries*. Lynne Rienner, p. 59-99.
- CARVALHO, José Murilo de. 1987. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Cia. das Letras.
- . 1990. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras.
- CATTERBERG, E. 1990. "Attitudes towards democracy in Argentina during the transition period", *International Journal of Public Opinion Research*, n. 2, p. 155-168.
- CHAVES, Christine de Alencar. 1998. "A marcha nacional dos sem-terra: um estudo etnográfico", *Cadernos do NuAP*, n. 2. Rio de Janeiro, NAU, p. 16-32.
- CLASTRES, Pierre. 1982 [1980]. *Arqueologia da violência*. São Paulo, Brasiliense.
- . 1988 [1974]. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- COMERFORD, John Cunha. 1998. "Sindicatos, sociabilidade e poder: um estudo sobre trabalhadores rurais", *Cadernos do NuAP*, n. 2. Rio de Janeiro, NAU, p. 33-49.
- CORADINI, Odaci Luiz. 1999. "A extração social dos candidatos: as eleições de 1990 e de 1994 no Rio Grande do Sul", *Cadernos do NuAP*, n. 3. Rio de Janeiro, NAU.
- DAHL, R. 1971. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven, Yale University Press.
- DIAMOND, L. 1994. *Political culture and democracy in developing countries*. Lynne Rienner.
- . 1997. *Consolidating the third wave democracies*. Baltimore, John Hopkins University Press.
- EASTON, D. 1959. "Political anthropology", *Biennial Review of Anthropology*. Stanford University Press.
- ECKSTEIN, H. 1988. "A culturalist theory of political change", *American Political Science Review*, n. 82, p. 789-804.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. 1978 [1940]. *Os Nuer*. São Paulo, Perspectiva.
- FORTES, M. e EVANS-PRITCHARD, E. E. (eds.). 1961 [1940]. *African political systems*. London, Oxford University Press.
- FOSTER, George M. 1977. "The dyadic contract: a model for the social structure of a Mexican peasant village", in SCHMIDT, Steffen W. et

- alii (eds.). *Friends, followers and factions: a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, p. 15-28.
- GARRETÓN, M. A. 1992. "From authoritarianism to political democracy: democratic transition that needs rethinking?", in ALBALA-BERTRAND, L. (ed.) *Democratic culture and governance: Latin America on the threshold of the third millennium*. Unesco, p. 19-21.
- GOLDMAN, Marcio e SANT'ANNA, Ronaldo S. 1996. "Elementos para uma análise antropológica do voto", in PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. (orgs.), *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, Contra Capa, p. 13-40.
- HUNTINGTON, S. 1994. *A terceira onda*. Rio de Janeiro, Difel.
- INGLEHART, R. 1971. "The silent revolution in Europe", *American Political Science Review*, n. 4, p. 991-1017.
- . 1977. *The silent revolution: changing values and political styles*. Princeton, Princeton University Press.
- . 1988. "The renaissance of political culture", *American Political Science Review*, n. 82, p. 1.203-1.230.
- . 1990. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, Princeton University Press.
- . 1997. *Modernization and postmodernization: cultural, economic and political change in 43 societies*. Princeton, Princeton University Press.
- KING, G., KEHONE, L. e VERBA, S. 1994. *Design social inquire*. Cambridge University Press.
- KRISCHKE, Paulo J. 1997. "Cultura política e escolha racional na América Latina: interfaces nos estudos da democratização", *BIB*, Rio de Janeiro, n. 43, 1o. semestre, p. 103-126.
- KUSCHNIR, Karina. 1993. *Política e mediação cultural: um estudo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (dissertação de mestrado).
- . 1996. "Representação parlamentar e cultura política no Rio de Janeiro", in PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. (orgs.). *Antropologia, voto e representação Política*. Rio de Janeiro, Contra Capa, p. 183-202.
- . 1998. *Política e sociabilidade: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (tese de doutorado).
- . 1999. "Cultura, política e espaço urbano", in VELHO, Gilberto (org.). *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Zahar.
- LAITIN, D. D. 1995. "The civic culture at 30", *American Political Science Review*, vol. 89, n. 1, p. 168-173.
- LAMOUNIER, B. e MARQUES, A. 1992. "A democracia brasileira no final da década perdida", in LAMOUNIER, B. (ed.). *Ouvindo o Brasil: uma análise da opinião pública no Brasil hoje*. São Paulo, Sumaré, p. 137-158.
- LAMOUNIER, B. e SOUZA, A. 1991. "Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança", *Dados*, n. 34, p. 311-348.
- LANDÉ, Carl H. 1977. "Introduction: the dyadic basis of clientelism", in SCHMIDT, Steffen W. et alii (eds.). *Friends, followers, and factions: a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, p. xiii-xxxvii.
- LANNA, Marcos P. D. 1995. *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. São Paulo, Unicamp.
- LEACH, Edmund R. 1967. "An anthropologist's reflections on a social

- survey”, in JONGMANS, D. G. e GUTKIND, P. C. W. (eds.). *Anthropologists in the field*. Assen, Van Gorcum, p. 75-88.
- . 1996. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo, Edusp.
- LIEBERSON, S. 1992. “Einstein, Renoir and Greeley: some thoughts about evidence in sociology”, *American Sociological Review*, p. 1-15.
- LIMA, M. R. S. e BOSCHI, R. 1995. “Democracia e reforma econômica: a visão das elites brasileira”, *Dados*, vol. 38, n. 1, 1995.
- LIMA, M. R. S. e CHEIBUB, Z. 1994. “Elites estratégicas e dilemas do desenvolvimento”. Rio de Janeiro, Iuperj, 1994.
- . 1996. “Instituições e valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 31, junho de 1996, p. 83-110.
- LINZ, J. 1978. *The breakdown of democratic regimes: crisis, breakdown and reequilibration*. Baltimore, John Hopkins University Press.
- LIPSET, S. M. 1981. *Political man*. Baltimore, John Hopkins University Press.
- . 1990. *Continental divide: the values and institutions of the United States and Canada*. New York, Routledge.
- e ROKKAN, S. 1967. *Party systems and voter alignments: cross-national perspectives*. New York, Free Press.
- MCCLOSKEY, H. 1964. “Consensus and ideology in American politics”, *American Political Science Review*, n. 58, p. 361-382.
- MCGLYNN, Frank e TUDEN, Arthur (eds.). 1991. *Anthropological approaches to political behavior*. University of Pittsburgh Press.
- MEAD, Margaret. 1962. “National character”, in TAX, Sol (ed.), *Anthropology today: selections*. The University of Chicago Press, p. 396-421.
- MOISÉS, J. A. 1995. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo, Ática.
- MULLER, E. e SELIGSON, M. 1997. “Civic culture and democracy: the question of causal relationships”, *American Political Science Review*, vol. 88, n. 3, p. 635-652.
- MUNCK, G. 1994. “Democratic transitions in comparative perspective”, *Comparative Politics*, n. 26.
- MUSZYNSKI, J. e MENDES, A. M. T. 1990. “Democratização e opinião pública no Brasil”, in LAMOUNIER, B. (ed.). *De Geisel a Collor: balanço da transição*. São Paulo, Sumaré, p. 61-80.
- NEIBURG, Federico e GOLDMAN, Marcio. 1999. “Antropologia e política nos estudos de caráter nacional”, *Anuário Antropológico 97*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 105-138.
- NISBETI, R.E. e COHEN, D. 1996. *Culture of honor: the psychology of violence in the South*. Colorado, Westview Press/Harper Collins.
- O'DONNELL, G. 1988. “Introdução aos casos latino-americanos”, in O'DONNELL, G., SCHMITTER, P. C. e WHITEHEAD, L. (eds.). *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, p. 17-36.
- , SCHMITTER, P. C. e WHITEHEAD, L. 1986. *Transitions from authoritarian rule: comparative perspectives*. Baltimore, John Hopkins University Press.
- OFFERLÉ, Michel. 1993. “Le vote comme evidence et comme énigme”, *Genèses*, n. 12 (Maintenir l'Ordre), p. 131-151.

- PALMEIRA, Moacir. 1991. "Política, facção e compromisso: alguns significados do voto", *Encontro de Ciências Sociais do Nordeste, Salvador*, 4/CRH/Finep/CNPq/ANPOCS, v.1, p. 111-30.
- . 1992. "Voto: racionalidade ou significado?", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 20, p. 26-30.
- . 1997. "Política ambígua", in BIRMAN, P., NOVAES, R. e CRESPO, S. (orgs.). *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- (coord.). 1998. "Uma antropologia da política: rituais, representações e violência - projeto de pesquisa", *Cadernos do NuAP*, 1. Rio de Janeiro, NAU.
- e GOLDMAN, Marcio (orgs.). 1996. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, Contra Capa.
- PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz, M. A. 1993. "Le temps de la politique", *Études Rurales*, 131-132, juillet-décembre, p. 73-87.
- . 1995. "Os comícios e a política de facções", *Anuário Antropológico/94*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 31-94.
- PATEMAN, C. 1980. "The civic culture: a philosophic critique", in ALMOND, G. e VERBA, S. (eds.), *The civic culture revisited*. Boston, Little & Brown, p. 57-101.
- PEIRANO, Mariza. 1995. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- . 1998a. "Antropologia política, ciência política e antropologia da política", in *Três ensaios breves*. Brasília, Departamento de Antropologia, UnB, *Série Antropologia*, n. 230, p. 17-29.
- . 1998b. "When anthropology is at home: the different contexts of a single discipline", *Annual Review of Anthropology*, vol. 27, p. 105-129.
- PIQUET-CARNEIRO, Leandro. 1998. *Violência e política na América Latina: um estudo comparativo sobre os direitos civis e a consolidação democrática*. Rio de Janeiro, IUPERJ (tese de doutorado).
- PRZEWORSKI, A. 1986. "Some problems in the study of the transition to democracy", in O'DONNELL, G., SCHMITTER, P. C. e WHITEHEAD, L. (eds.). *Transitions from authoritarian rule: comparative perspectives*. Baltimore, John Hopkins University Press, p. 47-63.
- . 1994. *Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- , ALVAREZ, M., CHEIBUB, J. A. e LIMONGI, F. 1997. "O que mantém as democracias?", *Lua Nova*, n. 40/41, p. 113-136.
- PRZEWORSKI, A. e TEUNE. 1970. *The logic of comparative social Inquiry*. Malabar, FL., Robert Krieger.
- PUTNAM, R. 1997. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- PYE, Lucian W. e VERBA, Sidney (eds.). 1965. *Political culture and political development*. Princeton, Princeton University Press, 1965.
- REIS, E. P. e CHEIBUB, Z. B. 1995. "Valores políticos das elites e consolidação democrática", *Dados*, n. 38, p. 31-56.
- REIS, F. W. 1988. "Consolidação democrática e construção do estado: notas introdutórias e uma tese", in REIS, F. W. e O'DONNELL, G. (eds.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, p. 11-12.
- RENNÓ, Lúcio. 1998. "Teoria da cultura política: vícios e virtudes", *BIB*, Rio de Janeiro, n. 45, 1o semestre, p. 71-92.

- ROMERO, A. 1997. "Rearranging the deck chairs on the titanic: the agony of democracy in Venezuela", *Latin American Research Review*, n. 32, p. 7-36.
- SANTOS, W. G. 1993. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro, Rocco.
- SCHWARTZMAN, S. 1997. *A redescoberta da cultura*. São Paulo, Edusp.
- SCOTTO, Gabriela. 1998. "Imagens, candidatos e campanhas eleitorais: um estudo comparativo sobre campanhas presidenciais brasileiras e argentinas", *Cadernos do NuAP*, n. 2. Rio de Janeiro, NAU, p. 50-68.
- SOARES, Gláucio, D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). 1995. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- STEPAN, A. 1986. "Paths toward redemocratization: theoretical and comparative considerations", in O'DONNELL, G., SCHMITTER, P. C. e WHITEHEAD, L. (eds.). *Transitions from authoritarian rule: comparative perspectives*. Baltimore, John Hopkins University Press, p. 64-84.
- SULLIVAN, J., PIERSON, J. e MARCUS, G. 1997. *Political tolerance and American democracy*. Chicago, University of Chicago Press.
- SWARTZ, M. J. (ed.). 1968. *Local-Level Politics: social and cultural perspectives*. Chicago, Aldine.
- , TURNER, V. e TUDEN, A. (eds.). 1976 [1966]. *Political anthropology*. Chicago, Aldine.
- TEIXEIRA, Carla Costa. 1998. *A honra da política: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994)*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NuAP (Coleção Antropologia da Política).
- THOMPSON, M., ELLIS, R. e WILDAVSKY, A. 1990. *Cultural theory*. San Francisco, Westview Press.
- TURNER, Victor. 1968. "Mukanda: the politics of a non-political ritual", in SWARTZ, M. J. (ed.). *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Chicago, Aldine.
- . 1974. *O processo ritual*. Petrópolis, Vozes.
- VALENZUELA, A. 1990. "Chile: origins, consolidation, and breakdown of a democratic regime", in DIAMOND, L., LINZ, J. J. e LIPSET, S. M. (eds.). *Politics in developing countries: comparing experiences with democracy*. Colorado, Lynne Rienner Publishers, p. 39-86.
- VELHO, Gilberto e CASTRO, Eduardo V. 1980. "O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas", *Espaço: Cadernos de Cultura*, Rio de Janeiro, USU, vol. 2, n. 2, p. 11-26.
- VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina. 1996. "Mediação e metamorfose", *Mana: estudos de antropologia social*, vol. 2, n. 1, abril, p. 97-107.
- VIEGAS, Ana Claudia C. 1997. *Trocas, facções e partidos: um estudo da vida política em Araruama-RJ*. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (tese de doutorado).
- WILSON, R. W. 1992. *Compliances ideologies: rethinking political culture*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WOLF, Eric R. 1969. "Kinship, friendship, and patron-client relations in complex societies", in BANTON, Michael (ed.). *The social anthropology of complex societies*. London, Tavistock, p. 1-22.

(Recebido para publicação em julho de 1999)